

PORTARIA CONJUNTA N. 14/2023

(Revogada pela Portaria CONJUNTA n. 202/2025, de 21.3.2025)

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, Desembargadora Regina Ferrari, o VICE-PRESIDENTE, Desembargador Luís Camolez, e o CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, Desembargador Samoel Evangelista, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas nos arts. 16, inciso II, e 19, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 e,

CONSIDERANDO a necessidade de instituir antecipadamente os procedimentos destinados ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a missão de atribuir a máxima eficiência operacional e a melhoria contínua da prestação jurisdicional e demais serviços postos à disposição da população

RESOLVEM:

- Art. 1º Designar como Gestores de Metas:
- I o Desembargador Samoel Evangelista para as Metas 1, 2 e 5 do 1º grau;
- II o Desembargador Elcio Mendes para a Meta 4 do 1º grau; (Alterada pela Portaria Conjunta n. 1/2024, de 2.1.2024)
 - II o Desembargador Samoel Evangelista para a Meta 4 do 1º grau;
- III o Desembargador Laudivon Nogueira para as Metas 1, 2 e 4 do 2º grau e Turmas Recursais, e Meta 9; (Alterada pela Portaria Conjunta n. 1/2024, de 2.1.2024)
- III o Desembargador Laudivon Nogueira para as Metas 1 e 2 do 2º grau e Turmas Recursais, e Meta 9;
- IV a Desembargadora Francisco Djalma para a Metas 1, 2 e 4 dos Juizados Especiais e Meta 3;
- V a Desembargadora Eva Evangelista para a Meta 8; (Revogado pela Portaria Conjunta n. 2/2024, de 26.9.2024)



VI - a Desembargadora Waldirene Cordeiro para as Metas 10 e 11;

VI – a Desembargadora Waldirene Cordeiro para as Metas 8, 10 e 11. (Alterado pela Portaria Conjunta n. 2/2024, de 26.9.2024)

VII - o Desembargador Luís Camolez para a Meta 4 do 2º grau. (Acrescido pela Portaria Conjunta n. 1/2024, de 2.1.2024)

Art. 2º Compete aos Gestores de Metas:

I - representar o Tribunal de Justiça perante o Conselho Nacional de Justiça, podendo indicar, conforme a conveniência ou a necessidade, servidores para participarem de eventos e reuniões relacionadas às Metas:

II - encaminhar às Unidades Judiciais e Administrativas os relatórios mensais acerca do cumprimento das metas pelos magistrados e servidores;

III - acompanhar a aplicação das medidas previstas nesta portaria e adotar providências complementares necessárias ao cumprimento das Metas, inclusive, aquelas que dependam de normatização e/ou dispêndio financeiro;

IV - participar mensalmente das reuniões de avaliação do cumprimento das Metas;

V - provocar o Comitê Gestor da Tecnologia da Informação nos casos de sua competência.

Parágrafo único. Os gestores serão auxiliados pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NUEGE, pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DITEC, pela Gerência de Fiscalização Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça e demais órgãos do Poder Judiciário do Estado do Acre, nas esferas de suas respectivas atribuições.

Art. 3º Compete ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica:

I - coletar, analisar e enviar os dados ao Conselho Nacional de Justiça, no prazo por ele assinalado:



II - acompanhar as instruções, orientações e detalhamentos relativos às Metas do Conselho Nacional de Justiça, repassando-as aos gestores com as sugestões que julgar apropriadas;

III - apresentar aos gestores relatórios mensais sobre o cumprimento das Metas e desempenho dos magistrados, antes do encaminhamento das informações ao Conselho Nacional de Justiça, com cópia à Corregedoria-Geral da Justiça para os devidos fins, bem assim à Presidência para acompanhamento.

Art. 4º As Unidades Administrativas e Judiciais disponibilizarão, até o dia 10 de cada mês, os dados estatísticos obrigatórios, para que o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica consolide os relatórios e os envie ao Conselho Nacional de Justiça, observando o seu prévio encaminhamento aos gestores.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco-Acre, 3 de março de 2023.

Desembargadora Regina Ferrari Presidente

Desembargador Luís Camolez
Vice-Presidente

Desembargador Samoel Evangelista Corregedor-Geral da Justiça



Republicada por incorreção

Publicado no DJE n. 7.255, de 7.3.2023, p. 161.